Coordenação Técnica dos Estudos de Base para a classificação do Parque Natural da Serra de São Mamede.

1990 e 1991 — Formadora, a convite da Junta da Extremadura, do curso de Gestion Y Tecnologias de las Producciones del Corcho — Módulo de Ordenación del Territorio — IPROCOR — Espanha.

De 1992 a 1993 participou nas reuniões da Rede EUROMAB da UNESCO "Land Use Changes and their Environmental Impact in Rural Areas in Europe" sendo Co-autora da publicação final "Land Use Changes and Regional Policy in Alentejo — Portugal" (1995).

Em 1998 apresentou a Dissertação para obtenção do grau de mestre em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental "O Impacte das Políticas Comunitárias no Alentejo no âmbito do Ordenamento do Território — A nova realidade do Mundo Rural ".

Representação da CCDRAlentejo na Comissão Regional da Reserva Agrícola do Alentejo (nomeada desde 1990), na Comissão de Avaliação do Estudo de Impacte Ambiental do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, nos Planos de Bacia Hidrográfica dos Rios Sado e Guadiana, nos Planos Regionais de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo e da Região Centro e nos Planos Regionais de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo e Alentejo Central. Presidiu a diversas comissões técnicas para a elaboração, alteração ou revisão de Planos Municipais ou Especiais de Ordenamento do Território.

Integrou júris de concursos para adjudicação de estudos e recrutamento de pessoal e orientação de estágios académicos ou profissionais sobre temáticas relacionadas com Ordenamento do Território, sendo co-autora da orientação científica do trabalho publicado "Alentejo — Contributo para Directrizes Regionais de Ordenamento do Território" (2007).

Responsável pela preparação e apresentação dos processos de delimitação e desafectação, no âmbito dos respectivos Instrumentos de Gestão Territorial, na Comissão Nacional da Reserva Ecológica desde Maio de 2007.

Acompanhamento de vários Projectos Especiais como a Rede de Alta Velocidade Lisboa/Madrid, a Plataforma Logística de Elvas e inerente planeamento da área de transição Elvas/Caia/Badajoz, a localização de investimentos estratégicos na área portuária e industrial de Sines e iniciativas de dimensão relevante na região do ponto de vista do ordenamento do território (turísticas, industriais, energéticas).

Representação da CCRAlentejo em numerosas Conferências no País e no estrangeiro, de diversificada temática com apresentação de comunicações, destacando-se entre as mais recentes "Sustainable Development Policies for Minor Deprived Urban Communities in Alentejo Region" para o Programa COST C27 da European Science Foundation; "Regional Policies for Low Density Areas in Alentejo" e "Tourism sector Perspectives to Alqueva lake surroundings in the scope of the regional strategic instruments" no âmbito do Exame Territorial de Nível Nacional da OCDE (2007); "Políticas de Arquitectura e da Paisagem" na Ordem dos Arquitectos Portugueses.

Membro dos Grupos de Trabalho Nacionais"Base de Dados de Ordenamento do Território", "Análise Crítica dos PDM" com vista à Regulamentação da lei de Bases de Ordenamento do Território e Regulamentação da Reserva Ecológica Nacional.

Coordenação do acompanhamento do Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona dos Mármores (PROZOM).

Participação na preparação do Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Região Alentejo como contributo para o PNDES e no Plano de Desenvolvimento Regional — 2000/2006, na estratégia Alentejo 2015 e Grupo de Trabalho do QRER 2007/2013.

De 2003 a 2006 participou no Projecto INTERREG III B "Integrated Coastal Zone Management: Towards An Atlantic Vision" Envolvendo Os 5 Países do Arco Atlântico, como responsável pela Acção Urban and Rural Interdependencies integrando a Equipa de Especialistas do Relatório Final, publicado em Fevereiro de 2007.

Participação na equipa técnica do PROT Alentejo e na Comissão Executiva, responsável pelo trabalho referente à definição e regulamentação das respectivas Normas Orientadoras das Unidades Territoriais, em articulação com os restantes domínios temáticos.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Secretaria-Geral

Despacho n.º 27960/2007

De acordo com a fundamentação aduzida na proposta de nomeação apresentada pelo Júri do procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia do 1.º grau, do quadro de cargos de direcção, constante do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 138/2007, de 27 de Abril, e ao abrigo do n.º 8 do artigo 21º da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, por três anos, renovável por iguais períodos de tempo, para o cargo de Directora de Serviços de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação, a licenciada Mafalda Sofia Nunes Lopes dos Santos, do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público.

Da fundamentação aduzida pelo júri releva o conjunto de experiências profissionais vividas na área dos recursos humanos e momentos de formação de base e complementar reveladoras de muito boa preparação e de um perfil de competências muito adequado para o exercício, bem sucedido, da função de Director de Serviços de Recursos Humanos. Foi ainda evidenciado um muito bom sentido crítico, consubstanciado pela sua capacidade de reflexão e análise crítica dos temas apresentados e relacionados com as áreas temáticas do cargo. O júri concluiu ainda haver níveis muito elevados de motivo de realização, o que permite antever uma forte preocupação com a concretização das actividades em que se envolve, não apenas pela energia colocada na sua consecução, como também pela capacidade de gerir os recursos adequados à finalização das mesmas.

Ao nível profissional, revelou possuir um conjunto significativo de conhecimentos e de experiências relevantes para o exercício da função em causa, tal como se evidencia na nota curricular anexa, que faz parte integrante do presente despacho.

7 de Novembro de 2007. — O Secretário-Geral, *Mário Silva.*

Nota curricular

Nome: Mafalda Sofia Nunes Lopes dos Santos

Data de nascimento: 13 de Julho de 1973

Categoria e carreira: técnica superior principal da carreira técnica superior

Formação académica

Em 1998 — pós-graduação em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

Em 1997 — pós-graduação em Estudos Europeus pela Faculdade de Direito de Lisboa;

Em 1996 — Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Evolução profissional

Desde 1 de Julho de 2007: nomeada directora de serviços de recursos humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação, em regime de substituição, pelo Despacho n.º 16 984/2007, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, do 2 Agosto;

Entre Março de 2005 e Julho de 2007: técnica superior da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) afecta ao Departamento de Regimes Jurídicos de Emprego;

Entre Agosto de 2004 e Março de 2005: adjunta do Secretário de Estado do Orçamento do XVI Governo Constitucional;

Entre Fevereiro de 2000 e Julho de 2004: técnica superior da Direcção-Geral da Administração Pública (DGAP) afecta ao Departamento de Recrutamento e Selecção de Pessoal.

Experiência profissional relevante

Coordenação e acompanhamento da actividade da Direcção de Serviços de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e Inovação desde Julho de 2007.

Integra o grupo de trabalho do Ministério da Economia e Inovação para a revisão do regime de vínculos, carreiras e remunerações.

Na DGAEP, integrou o grupo de trabalho constituído com o objectivo de proceder à análise e acompanhamento do projecto de diploma sobre o novo regime de vínculos, carreiras e remunerações, e acompanhou diversos processos de negociação colectiva, visando a celebração de acordos de pessoa colectiva pública.

Entre Abril de 2006 e Março de 2007 integrou o grupo de trabalho de apoio ao PRACE, constituído com o objectivo de proceder à análise dos projectos de leis orgânicas dos Ministérios e dos diversos serviços e organismos da administração central do Estado.

Integrou o grupo de trabalho que, no âmbito da DGAEP, acompanhou as questões emergentes do Regime do Contrato Individual de Trabalho da Administração Pública e, entre Julho de 2004 e Julho de 2005 coordenou o Grupo de Trabalho para o acompanhamento das questões emergentes do novo estatuto do pessoal dirigente.

Enquanto técnica da DGAEP elaborou pareceres jurídicos sobre as mais variadas matérias no âmbito do regime jurídico de emprego público, contrato individual de trabalho e organização de serviços.

É formadora certificada pelo IEFP, IP, nas áreas de recrutamento e selecção de pessoal, carreiras e concursos, estatuto do pessoal dirigente e contrato individual de trabalho.

Representação Internacional

Representante portuguesa no "European Public Administration Network — Human Resources Management Group", desde Janeiro de 2006.

Representante portuguesa no Grupo EPSO — Office Européen de Selection du Personnel, entre Junho de 2004 e Dezembro de 2005.

Neste âmbito participou em diversas reuniões internacionais, tendo feito apresentações sobre aspectos específicos da reforma da Administração Pública em curso. Participou ainda nas publicações da Austrian Federal Chancellery, "Structure of the Civil and Public Services in the Member and Accession States of the European Union", e "Cross Border Mobility of Public Sector Workers".

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete da Secretária de Estado dos Transportes

Despacho n.º 27961/2007

Considerando os objectivos cometidos à Rede Ferroviária Nacional — REFER, E.P., previstos no Decreto-Lei n° 104/97, de 29 de Abril, ressalta, pelo seu alcance social, o da valorização dos itinerários suburbanos do Porto, na perspectiva de proporcionar às aglomerações urbanas um serviço ferroviário moderno. O troço Caíde/Marco insere-se na rede principal da malha ferroviária portuguesa e integra a rede suburbana do Porto.

Considerando que a remodelação deste troço, entre os kms 46+180 e 60+977, da Linha do Douro, prevê, designadamente, a supressão de todas as passagens de nível existentes, visando dar cumprimento ao determinado no artigo 2°, nº 1, do Decreto-Lei nº 568/99, de 23 de Dezembro, que aprovou o Regulamento de Passagens de Nível (RPN) actualmente em vigor. Neste âmbito, compete à REFER elaborar programas plurianuais de supressão de passagens de nível, mediante a construção de atravessamentos desnivelados e ou caminhos de ligação, o que se justifica por razões de maior segurança da exploração ferroviária e de todos aqueles que, nas suas deslocações, tenham que cruzar as linhas de caminho de ferro;

Considerando que foi desenvolvido o projecto para a construção do restabelecimento 7 e da passagem inferior rodoviário 4, ao km 51+426, da Linha do Douro, que irá permitir a supressão da passagem de nível existente ao km 51+496, criando alternativa segura ao atravessamento da via férrea;

Neste contexto, tendo em vista respeitar os limites da expropriação da parcela 131, nomeadamente no que concerne à manutenção das habitações existentes, houve necessidade de ripar ligeiramente o restabelecimento 7, o que determinou a ocupação de uma área adicional com cerca de 80 m^2 da parcela 130;

Considerando que foi esgotada a possibilidade de uma aquisição pela via do direito privado e tendo em conta os objectivos temporais fixados para a execução do projecto;

Considerando ainda que para a realização da obra designada "Remodelação do troço Caíde/Marco — Supressão das Passagens de Nível aos kms 47+756, 48+106, 48+427, 48+781, 51+496 e 51+621, da Linha do Douro ", que é de manifesto interesse público, se mostrou indispensável proceder à ocupação de um terreno fora do actual limite do domínio público ferroviário;

Assim, a requerimento da Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P., nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 1°, 3°, 14° e 15°, do Código das Expropriações, aprovado pelo Decreto-Lei n° 168/99, de 18 de Setembro, e da delegação de competências constante do Despacho nº 16 347/2005 (2° Série), de 27 de Julho, publicado no *Diário da República* nº 143, 2.ª série, de 27 de Julho, determino o seguinte:

1. A declaração de utilidade pública da expropriação do bem imóvel e direitos a ele inerentes, constantes na planta anexa e respectivo mapa de expropriação também anexo, que se destina a integrar o domínio público ferroviário, cuja gestão se encontra actualmente atribuída à empresa requerente acima identificada.

2. Autorizar a REFER, E.P., ao abrigo do n° 1 do artigo 19° do mesmo Código, a tomar posse administrativa do referido bem, que se destina a integrar o domínio público ferroviário.

3. O encargo com a expropriação é da responsabilidade da REFER, E. P., para o qual dispõe de cobertura financeira.

4 de Novembro de 2007. — A Secretária de Estado dos Transportes, *Ana Paula Mendes Vitorino.*

Expropriações — Mapa de áreas

Obra — Remodelação do troço Caíde-Marco

Linha do Douro

Distrito: Porto
Concelho: Amarante
Freguesia: Real

Número da parcela	Área (metros quadrados)	Nomes e moradas dos proprietários	Natureza da parcela	Matriz	Registo predial	Confrontações
130	80	Maria Emília Pinto de Carvalho, Monte — Real — 4605-339 Vila Meã.	Rústico	691	760	Norte: caminho. Sul: domínio público ferroviário. Nascente: domínio público ferroviário. Poente: área sobrante.